



PROAD Nº 3.052/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

“Aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI”

1 – DA DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 – Definição:

Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) para os servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.2 – Classificação:

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com fornecimento integral e imediato, conforme justificativas presentes neste Termo de Referência.

1.2.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo “bem de luxo”, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 – Enquadramento da contratação:

A contratação fundamenta-se no **artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 67/2021**, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

1.3.1 Considerando a indicação da necessidade de recebimento do objeto demandado, de forma integral e imediata, deixa-se de adotar o Sistema de Registro de Preços, conforme previsão legal estabelecida no



Art. 40, II da Lei 14.133/2021.

1.4 – Quantidades:

Conforme tabela inserida no subitem 3.1.

1.5 – Vigência da contratação:

1.5.1 A contratação ocorrerá com vigência de **65 (sessenta e cinco) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho da Despesa, sem prejuízo da garantia estabelecida pelo art. 26, II, da Lei nº 8.078/1990 (SEÇÃO IV – Da Decadência e da Prescrição – Código de Defesa do Consumidor).

1.5.2 A vigência estabelecida no subitem supra inclui os prazos de “entrega, reapresentação, recebimento definitivo e pagamento”.

1.5.3 Considerando tratar-se de contratação a ser processada mediante dispensa de licitação eletrônica, cujo custo envolve valor inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) consoante DECRETO Nº 11.871/2023 e prazo de entrega não superior à 30 (trinta) dias, **torna-se facultativa a elaboração de “termo de contrato”**, conforme previsão legal estabelecida pelo art. 95, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021.

1.5.4 A vigência estende-se até a data de pagamento no caso da execução contratual não puder ser efetuada dentro do prazo.

2 – DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Justificativa:

A contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) para os servidores que laboram em condições de exposição a riscos ocupacionais, recomendados pelos Laudos Técnicos de Avaliação das Condições Ambientais de Trabalho e de Periculosidade e Insalubridade e em seu complemento e especificados após análise técnica realizada pelos engenheiros de segurança e pelo médico do trabalho do



quadro especializado deste Egrégio Tribunal, conforme informações constantes deste Documento e sob as condições abaixo assinaladas.

A presente solicitação tem como objetivo adquirir os Equipamentos de Proteção Individual, necessários e adequados aos riscos ocupacionais identificados em determinadas atividades desenvolvidas neste Regional, conforme Laudos Técnicos de Avaliação das Condições Ambientais de Trabalho e de Avaliação de Periculosidade e Insalubridade e seus complementos, consignados nos Protocolos TRT nº 12.651/2022, 13.134/2022, 13.180/2022, 13.181/2022, 13.182/2022, 13.195/2022, 13.196/2022, 13.197/2022 e 1.051/2023. Além de atender a demanda de aquisição de Equipamentos de proteção individual visando suprir as necessidades do Projeto ReIntegra TRT-13.

Esta aquisição é de fundamental importância para o cuidado com a saúde e segurança dos servidores que laboram expostos a riscos ocupacionais. Assim como para o cumprimento da legislação vigente, após análise técnica realizada pelos engenheiros de segurança e pelo médico do trabalho do quadro especializado deste Tribunal.

2.1.1 Considerando tratar-se de contratação envolvendo baixo valor e baixa complexidade, deixa-se de elaborar os Estudos Técnicos Preliminares, conforme o disposto no art. 72, I, da Lei nº 14.133/2021.

2.2 – Planejamento Estratégico:

A demanda está em consonância com o **Planejamento Estratégico Institucional 2021 – 2026** (Processo 0000184-36.2021.5.13.0000), conforme Objetivo Estratégico nº2: Promover o Trabalho Decente e a Sustentabilidade.

2.3 – Previsão no Plano Anual:

A referida aquisição está prevista no Plano Anual de Aquisições e Contratações – PAAC, exercício 2024, com numeração 1275, objetivo “equipamentos de proteção individual e coletiva” e justificativa “Equipamentos de proteção individual para trabalhos perigosos e insalubres para servidores”.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

3 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 – O objeto da contratação compreende a aquisição dos seguintes insumos, conforme abaixo especificado:

Item	Descrição	Unidade	QT	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
ITEM 1					
1.1	Avental impermeável contra risco químico e umidade, com CA.	UN	4	19,77	79,08
ITEM 2					
2.1	Calçado de segurança do tipo bota de PVC cano alto de no mínimo de 30 cm, com solado antiderrapante, tamanho 39, com CA.	PAR	2	55,19	110,38
2.2	Calçado de segurança do tipo bota de PVC cano alto de no mínimo de 30 cm, com solado antiderrapante, com CA, tamanho 41, com CA.	PAR	2	57,74	115,48
2.3	Calçado de segurança para uso de eletricitista, tipo botina até o tornozelo, confeccionado em couro, sem partes metálicas, fechamento com elástico lateral, com palmilha interna removível, solado bidensidade com injeção direta no cabedal, biqueira de composite, com solado de borracha isolante (até 400 Volts no mínimo em ambiente seco), tamanho 41, com CA.	PAR	1	138,66	138,66
2.4	Calçado de segurança para uso de eletricitista, tipo botina até o tornozelo, confeccionado em couro, sem partes metálicas, fechamento com elástico lateral, com palmilha interna removível, solado bidensidade com injeção direta no cabedal, biqueira de composite, com solado de borracha isolante (até 400 Volts no mínimo em ambiente seco), tamanho 40, com CA.	PAR	1	138,66	138,66



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

2.5	Calçado de segurança para uso de eletricista, tipo botina até o tornozelo, confeccionado em couro, sem partes metálicas, fechamento com elástico lateral, com palmilha interna removível, solado bidensidade com injeção direta no cabedal, biqueira de composite, com solado de borracha isolante (até 400 Volts no mínimo em ambiente seco), tamanho 42, com CA.	PAR	3	138,66	415,98
2.6	Calçado de segurança para uso de eletricista, tipo botina até o tornozelo, confeccionado em couro, sem partes metálicas, fechamento com elástico lateral, com palmilha interna removível, solado bidensidade com injeção direta no cabedal, biqueira de composite, com solado de borracha isolante (até 400 Volts no mínimo em ambiente seco), tamanho 39, com CA.	PAR	1	138,66	138,66
2.7	Calçado de segurança tipo botina até o tornozelo, confeccionado em couro, com palmilha interna removível, fechamento com elástico lateral, solado bidensidade com injeção direta no cabedal, biqueira de composite, tamanho 39, com CA	PAR	1	85,00	85,00
2.8	Calçado de segurança tipo botina até o tornozelo, confeccionado em couro, com palmilha interna removível, fechamento com elástico lateral, solado bidensidade com injeção direta no cabedal, biqueira de composite, tamanho 41, com CA.	PAR	1	84,14	84,14
2.9	Calçado de segurança tipo botina até o tornozelo, confeccionado em couro, com palmilha interna removível, fechamento com elástico lateral, solado bidensidade com injeção direta no cabedal, biqueira de composite, tamanho 42, com CA.	PAR	1	74,11	74,11
2.10	Calçado de segurança tipo botina até o tornozelo, confeccionado em couro, com palmilha interna removível, fechamento com elástico lateral, solado bidensidade com injeção direta no cabedal, com biqueira de aço, tamanho 42, com CA.	PAR	1	87,60	87,60
TOTAL ITEM 2		PAR	14	79,3821	1.388,67
ITEM 3					
3.1	Calça NR 10, de tecido 100% algodão retardante à chama para proteção contra arco elétrico e fogo repentino, com proteção conferida pelo tecido ao efeito	UN	1	224,10	224,10



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

	térmico proveniente de um arco elétrico (ATPV) de 11 cal/cm2 indicada em área visível da peça, Risco 2, cor azul marinho com faixa reflexiva, deve acompanhar laudo com CNPJ do laboratório expedidor, tamanho 40, com CA				
3.2	Calça NR 10, de tecido 100% algodão retardante à chama para proteção contra arco elétrico e fogo repentino, com proteção conferida pelo tecido ao efeito térmico proveniente de um arco elétrico (ATPV) de 11 cal/cm2 indicada em área visível da peça, Risco 2, cor azul marinho com faixa reflexiva, deve acompanhar laudo com CNPJ do laboratório expedidor, tamanho 46, com CA	UN	1	224,10	224,10
TOTAL ITEM 3		UN	2	224,10	448,20
ITEM 4					
4.1	Camisa de segurança NR10 para proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino, de tecido 100% algodão retardante à chama, com proteção conferida pelo tecido ao efeito térmico proveniente de um arco elétrico (ATPV) de 11 cal/cm2 indicada em área visível da peça, de manga longa, tamanho P, com fechamento frontal por velcro, Risco 2, com CA.	UN	1	240,76	240,76
4.2	Camisa de segurança NR10 para proteção do tronco e membros superiores do usuário contra agentes térmicos provenientes de arco elétrico e fogo repentino, de tecido 100% algodão retardante à chama, com proteção conferida pelo tecido ao efeito térmico proveniente de um arco elétrico (ATPV) de 11 cal/cm2 indicada em área visível da peça, de manga longa, tamanho GG, com fechamento frontal por velcro, Risco 2, com CA.	UN	1	240,76	240,76
TOTAL ITEM 4		UN	2	240,76	481,52
ITEM 5					
	Capacete de segurança, classe A, com jugular, tipo 2,	UN	1	77,01	77,01



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

5.1	com casco de aba frontal, construído em polietileno de alta densidade, com suspensão com quatro ou seis pontos de fixação, ajuste por catraca, com tira de absorção de suor removível, lavável e substituível, fixada à carneira, cor branca, com CA				
5.2	Capacete de segurança, classe B, com jugular, conjugado com protetor facial contra flash de arco elétrico, risco 2, visor com propriedade antiembaçante, sem componentes metálicos, com CA.	UN	3	147,58	442,74
TOTAL ITEM 5		UN	4	129,93	519,75
ITEM 6					
6.1	Creme protetor: luva química grupo 3. para proteção dos membros superiores contra os ataques de produtos, tais como: óleos brutos, solventes, thinner, gasolina, óleo mineral, óleo diesel, graxas. De acordo com as normas ABNT NBR 16276:2018, com CA .Tubo de 120 gramas	UN	4	13,90	55,60
ITEM 7					
7.1	Filtro do tipo cartucho químico para vapores orgânicos e gases ácidos, contendo carvão ativado tratado, compatível com respirador reutilizável meia peça facial modelos 3M Série 6000 e 7500. Com validade mínima de 4 anos após a fabricação (lacrado), com CA.	PAR	4	120,84	483,36
ITEM 8					
8.1	Luva isolante de borracha para proteção contra choque elétrico, Classe 00, tensão de uso 500 volts, tamanho 10. A luva deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. Deve acompanhar o laudo com certificado de conformidade e CNPJ do laboratório expedidor. Com CA. O Certificado de Aprovação (CA) deve ser válido por pelo menos 12 meses a partir da data da expedição da Nota Fiscal.	PAR	2	353,01	706,02
	Luva isolante de borracha para proteção contra choque elétrico, Classe 00, tensão de uso 500 volts, ta-	PAR	1	353,01	353,01



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

8.2	manho 11. A luva deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. Deve acompanhar o laudo com certificado de conformidade e CNPJ do laboratório expedidor, com CA. O Certificado de Aprovação (CA) deve ser válido por pelo menos 12 meses a partir da data da expedição da Nota Fiscal.				
8.3	Luvas de borracha isolante, Classe 2, tensão máxima de uso 17.000 volts tamanho 10. A luva deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. Deve acompanhar o laudo com certificado de conformidade e CNPJ do laboratório expedidor, com CA. O Certificado de Aprovação (CA) deve ser válido por pelo menos 12 meses a partir da data da expedição da Nota Fiscal.	PAR	2	725,25	1.450,50
8.4	Luvas de borracha isolante, Classe 2, tensão máxima de uso 17.000 volts tamanho 11. A luva deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. Deve acompanhar o laudo com certificado de conformidade e CNPJ do laboratório expedidor, com CA. O Certificado de Aprovação (CA) deve ser válido por pelo menos 12 meses a partir da data da expedição da Nota Fiscal.	PAR	1	691,54	691,54
8.5	Luva nitrílica cano longo Luva de segurança confeccionada de borracha nitrílica, sem revestimento interno em flocos de algodão, palma antiderrapante. tamanho 9, com CA.	PAR	4	12,13	48,52
8.6	Luva nitrílica cano longo confeccionada de borracha nitrílica, sem revestimento interno em flocos de algodão, palma antiderrapante. tamanho 10, com CA.	PAR	10	12,41	124,10
8.7	Luvas para proteção contra agentes químicos e mecânicos: luva tricotada em nylon, com revestimento total em borracha nitrílica, punho em elastano, palma lisa, antiestática e impermeável. Resistência química classe B (detergentes, sabões, amoníaco e similares) e Classe C, tipo 1 (hidrocarbonetos alifáticos), tipo 2 (hidrocarbonetos aromáticos), tipo 3 (álcoois) e tipo 4 (éteres). tamanho 8. , com CA.	PAR	4	19,24	76,96
8.8	Luvas para proteção contra agentes químicos e mecânicos: luva tricotada em nylon, com revestimento total em borracha nitrílica, punho em elastano, palma lisa, antiestática e impermeável. Resistência química classe B (detergentes, sabões, amoníaco e similares) e Classe C, tipo 1 (hidrocarbonetos alifáticos), tipo 2 (hidrocarbonetos aromáticos), tipo 3 (álcoois) e tipo 4 (éteres). tamanho 9, com CA.	PAR	12	16,10	193,20



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

8.9	Luvas para proteção contra agentes químicos e mecânicos: luva tricotada em nylon, com revestimento total em borracha nitrílica, punho em elastano, palma lisa, antiestática e impermeável. Resistência química classe B (detergentes, sabões, amoníaco e similares) e Classe C, tipo 1 (hidrocarbonetos alifáticos), tipo 2 (hidrocarbonetos aromáticos), tipo 3 (álcoois) e tipo 4 (éteres). tamanho 10, com CA.	PAR	6	17,03	102,18
TOTAL ITEM 8		PAR	42	89,19	3.746,03
ITEM 9					
9.1	Macacão de segurança confeccionado em não tecido de polipropileno, fechamento frontal em zíper com pala de proteção, elástico no capuz, punhos e tornozelos, tamanho G, com CA.	UN	14	72,20	1.010,80
ITEM 10					
10.1	Máscara PFF2: respirador descartável semifacial, classe PFF2 com carvão ativado e válvula de exalação, com CA.	UN	27	6,22	167,94
10.2	Respirador purificador de ar tipo peça semifacial reutilizável, para ser usado com filtro químico para vapores orgânicos e gases ácido, com encaixes tipo baioneta nas laterais, com válvula de exalação. Com tirantes elásticos para ajuste da máscara, tamanho M. Com CA.	UN	4	60,79	243,16
TOTAL ITEM 10		UN	31	13,26	411,10
ITEM 11					
11.1	Óculos de proteção: ampla visão, confeccionado em única peça, transparente, com sistema de ventilação indireta, tirante elástico que permita ajustes, com CA.	UN	6	12,83	76,98



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

11.2	Óculos de segurança incolor com armação e visor confeccionado em uma única peça de policarbonato, com proteção lateral e meia proteção na borda superior injetada na mesma peça - proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes e raios ultravioletas, com CA.	UN	8	8,44	67,52
TOTAL ITEM 11		UN	14	10,32	144,50
ITEM 12					
12.1	Protetor auricular: tipo concha, sem partes metálicas, com hastes que permitam ajustes. Nível mínimo de redução de ruído (NRRsf) de 19dB, com CA.	UN	4	37,12	148,48
ITEM 13					
13.1	Protetor facial com viseira em policarbonato incolor, tamanho do visor mínimo 300 de largura x 200 mm de altura, com carneira com regulagem através de c-traca e espuma para absorção do suor, com CA.	UN	5	50,79	253,95
TOTAL ESTIMADO (R\$)			9.171,04		

3.2 – Da Garantia e Assistência Técnica:

A garantia para os insumos adquiridos será aquela prevista no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) e, considerando que todos os itens são do “tipo consumo”, não se faz necessária a exigência de Assistência Técnica.

4 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – Requisitos de sustentabilidade:



Entregar os produtos constantes deste Termo de Referência, respeitando as normas do INMETRO e/ou ABNT, no que couber e, ainda, cumprir às recomendações previstas no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução do CSJT nº 310/2021.

4.2 – Subcontratação:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 – Garantia da Contratação:

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4 – Vistoria Prévia:

Não se aplica.

4.5 – Necessidade de Amostras:

Não se aplica.

4.6 – Classificação do bem segundo o Art. 20 da Lei 14.133/2021:

O bem objeto desta contratação está caracterizado como comum.

4.7 – Garantia para os bens:

Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90).

4.8 – Local de entrega:

Conforme subitem 5.1

4.9 – Aproveitamento das peculiaridades locais:

Não se aplica.

4.10 – Condições de participação:

As Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte participantes do procedimento de contratação deverão comprovar seu enquadramento e condições por meio de declaração específica, facultado ao Tribunal, se for



o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do ofertante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do artigo 3.º, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 123/2006, e suas alterações, além do Decreto nº 8.538/2015, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.11 – Requisitos das Propostas:

4.11.1 A proposta deverá apresentar o preço unitário e total de cada item, com a inclusão de todos os insumos, tais como: impostos, taxas, frete, encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, que serão da responsabilidade da contratada.

4.11.2 A validade da proposta apresentada deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos contados da data da apresentação.

4.11.3 De acordo com a legislação vigente, o preço contratado não será reajustado.

4.12 – Qualificação técnica

Não se aplica.

5 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 – Prazos e critérios para entrega e recebimento do objeto:

A entrega integral e imediata do objeto contratado deverá ser realizada no horário das **8 h às 16 h**, em dias de funcionamento do Órgão, no seguinte local:

Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP, situada na Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 150, Centro, CEP 58.013-476 – João Pessoa – PB – endereço eletrônico: cmp@trt13.jus.br – Fone (83) 3533-6190.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

O prazo de entrega do objeto contratado não poderá ser superior a **30 (trinta) dias**, contados da remessa da Nota de Empenho da Despesa.

5.1.1 – O descumprimento do prazo acima estipulado resultará na aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pela Contratada e reconhecido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

5.1.2 – O prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, desde que haja justificativa aceitável por parte da Contratada.

O objeto contratado deverá ser entregue dentro das especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com aplicação das penalidades previstas.

5.1.3 – O objeto entregue fica sujeito à substituição, pelo fornecedor, desde que comprovada a inconsistência com o que foi especificado neste Termo de Referência.

5.1.4 – A substituição do produto com defeito, deverá ocorrer no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** a contar da notificação expedida pela Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP à empresa sobre a recusa dos produtos. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis.

5.1.5 – O objeto será entregue no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados da remessa da Nota de Empenho da Despesa, sob pena de incorrer em penalidades arbitráveis, conforme art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e sanções previstas no item 14 do presente instrumento.

5.1.6 – Na forma do disposto no art. 140, II, da Lei nº 14.133/2021, o objeto será recebido:

a) **provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu recebimento, com verificação posterior da conformidade das especificações e exigências contratuais.

b) **definitivamente**, pela Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da entrega provisória e depois de concluída a verificação da qualidade e quantidade.



5.1.7 – Caso se verifique que não houve o fiel cumprimento das condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, o objeto não será recebido de forma definitiva, situação na qual os problemas indicados devem ser solucionados no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação, quando será feita nova conferência.

5.1.8 – O período entre os recebimentos provisório e definitivo não suspende, para caracterização de mora, o prazo previsto inicialmente para a entrega, quando a responsabilidade pelo atraso no recebimento se der por culpa da contratada.

5.1.9 – Caso a contratada verifique a impossibilidade de cumprir o prazo de entrega, deverá encaminhar ao TRT da 13.ª Região solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverá constar: motivo para o não cumprimento do prazo com a respectiva comprovação, bem como a nova data prevista para entrega. Tal solicitação será analisada na forma da lei e de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à contratada o teor da decisão proferida.

5.1.10 – Na hipótese de denegação da prorrogação do prazo de entrega, descumprido o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas.

5.2 – Retirada do Empenho:

Emitida a Nota de Empenho da Despesa, a **Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP** deverá remeter cópia à Contratada, acompanhado de cópia deste Termo de Referência, via e-mail, objetivando ciência do procedimento de contratação.

5.2.1 – Para fins de formalização do ato de recebimento dos supramencionados documentos, de forma idêntica, a Contratada deverá informar a sua recepção.

5.2.2 – A empresa terá um prazo de até **05 (cinco) dias** para atender à convocação de que trata este item, prorrogável uma única vez, a critério do Tribunal, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, na Lei n.º 14.133/2021 e legislação correlata.



5.2.3 – Se a empresa não apresentar situação regular ou se recusar a receber a Nota de Empenho, injustificadamente, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida, com aplicação das penalidades cabíveis, a teor do item “SANÇÕES” do presente Termo de Referência.

5.3 – Responsabilidade Por Vício do Produto

Identificados vícios de qualidade ou de quantidade no produto contratado, observar-se-á o disposto na Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.3.1 – Por se tratar de produto durável, o contratante terá o prazo de 90 (noventa) dias para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, contados do recebimento definitivo do produto. Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

5.3.2 Se o defeito for de fabricação do produto, o fornecedor tem 30 (trinta) dias para corrigi-lo ou saná-lo.

5.3.3 – Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, poderá o contratante exigir alternativamente e à sua escolha:

a) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.

b) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

6 – DA GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, cabendo cada parte responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



6.1.1 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.2 – A fiscalização de que tratam os itens anteriores não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

6.1.3 – A inexecução total ou parcial da contratação celebrado enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as penalidades previstas em Lei ou regulamento, de acordo com os artigos 155 a 163 da Lei n.º 14.133/2021.

6.1.4 – A rescisão desta contratação dar-se-á nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021.

6.1.5 – No procedimento que visa à rescisão da contratação, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

6.1.6 – Fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de João Pessoa/PB para dirimir as questões que porventura venham a surgir, por força do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

7 – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, até o **10º (décimo) dia útil**, após a entrada da Nota Fiscal/Fatura, sua conferência e o devido “atesto” pela Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP (unidade responsável pelo recebimento definitivo), mediante Ordem Bancária emitida em nome da CONTRATADA e creditada em sua conta-



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

corrente, que deverá estar especificada no corpo na referida Nota Fiscal/Fatura, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas em código de barras, se for o caso.

7.1.1 O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

7.2 – A Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF verificará a regularidade fiscal da CONTRATADA quanto à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos com o INSS, Certificado de Regularidade de Situação do FGTS e consulta ao CADIN.

7.3 – Caso a Nota Fiscal/Fatura seja apresentada com erro, será devolvida para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item 15.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a reapresentação.

7.4 – Observar-se-á se o CNPJ apresentado na nota fiscal é o mesmo constante dos documentos habilitatórios e proposta apresentada. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos ou das prorrogações contratuais.

7.5 – Será efetuada pelo Contratante a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

7.5.1 A retenção dos tributos, informada no Item anterior, não será efetuada caso a CONTRATADA apresente junto à Nota Fiscal/Fatura a comprovação de que a mesma é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

7.6 – Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de inadimplência contratual. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.

7.7 – Será de inteira e única responsabilidade da Contratada o ICMS referente ao produto e o seu recolhimento junto ao órgão arrecadador do Estado.

7.8 – Quando da ocorrência de eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração do CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{365} \text{ e } EM = I * N * VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.9 – O pagamento de quaisquer despesas somente poderá ser efetuado aos fornecedores de bens e serviços do TRT13 que estiverem cadastrados e enviarem as notas fiscais e certidões de regularidade fiscal/trabalhista no sistema SIGEO, sendo obrigação da Contratada **efetuar o cadastro**



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

no referido sistema, no prazo de até 10 (dez) dias da assinatura do contrato, conforme estabelecido no subitem 10.11.

7.9.1 A contratada deverá enviar, até o quinto dia útil, contado da entrega do objeto, notas fiscais e certidões de regularidade fiscal/trabalhista, por meio do sistema SIGEO.

7.10 – O Contratado que der ensejo ao atraso no envio das informações à Receita Federal pelo Tribunal, em virtude de não cumprir as obrigações relativas ao cadastro e envio de documentos, na forma deste contrato, será responsabilizada por eventuais multas administrativas que vierem a ser aplicadas pela Receita Federal do Brasil.

8 – DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 – A presente contratação será efetuada por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 67/2021**, considerando tratar-se de contratação que envolve valor inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), consoante DECRETO Nº 11.317/2022 e, ainda, considerando que em consulta realizada junto ao SICAF, foi informado que neste exercício não houve despesa executada referente aos itens relacionados no Documento de Formalização de Demanda.

8.2 – Para a presente contratação, será efetuada adjudicação por menor preço, por item, com fundamento na legislação constante do subitem supra.

8.3 – Justifica-se a adjudicação por agrupamento de alguns itens, vez que vários dos itens apresentam a quantidade mínima de 1 unidade, bem como são compatíveis ou possuem a mesma classificação e/ou categoria,



visando um maior interesse e competitividade entre os participantes.

8.3 – Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista.

8.3.1 – A CONTRATADA deverá observar a previsão contida no art. 2.º, inc. V, da Resolução CNJ n.º 07/2005, alterada pela Resolução CNJ n.º 229/2016, que dispõe sobre a vedação nas contratações, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.

8.3.1.1 Para fins de cumprimento ao disposto no subitem 9.2.1 supra, deverá ser apresentada declaração de conformidade.

8.3.2 – Apresentar declaração de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021.

8.3.3 – A Contratada deverá observar a previsão contida no art. 5º, inc. IV da Lei nº 12.846/2013, a qual dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

8.3.4 – A Contratada deverá realizar cadastro junto ao sistema SI-GEO, por meio do link: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>, para os fins estabelecidos na Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, no prazo de até 10 dias da assinatura do contrato.

8.3.4.1 Para fins de cumprimento da obrigação acima disposta, encontra-se disponível, na internet, **manual de ajuda do fornecedor**, que pode ser acessado por meio do seguinte link: <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>.

8.3.5 – A Contratada deverá observar, no que couber, a exigência prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, quanto ao preenchimento de parte do quadro de funcionários das empresas com pessoas com deficiência, e a RECOMENDAÇÃO CSJT nº 24, de 21 março de 2022, para a inclusão no mercado de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis, como ação afirmativa



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

de empregabilidade, inclusão e cidadania, devendo comprovar periodicamente o cumprimento desta política.

9 – DA ESTIMATIVA DO PREÇO

Efetuuou-se pesquisa de preços para o objeto pretendido em conformidade com a IN SEGES 65/2021, de 07/07/2021, do Ministério da Economia, visando a aquisição mediante a Lei nº 14.133/2021, objetivando estabelecer parâmetro para a aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI, em atendimento à legislação específica, consoante especificado no Documento de Oficialização da Demanda (doc. 01), nos moldes seguintes

DESCRIÇÃO DA PESQUISA DE MERCADO COM BASE NOS DISPOSITIVOS DA IN 65/2021			
DISPOSITIVO LEGAL	LOCAL DE PESQUISA	PERIODICIDADE	RESULTADO DA PESQUISA
Inciso I, do art. 5º	COMPRAS GOVERNAMENTAIS	Últimos 12 (doze) meses	Contemplando parcialmente contratação de mesma natureza e/ou que atenda às especificações do objeto deste protocolo (docs. 14/15), através das ferramentas Banco de Preços e Painel de Preços.
Inciso II, do art. 5º	OUTROS ENTES PÚBLICOS	Últimos 12 (doze) meses	Identificado parcialmente contratação de mesma natureza e/ou que atenda às especificações do objeto deste protocolo (doc. 14/15), através da ferramenta Banco de Preços.
Inciso III, do art. 5º	DOMÍNIO AMPLO	Últimos 06 (seis) meses	Identificado parcialmente contratação de mesma natureza e/ou que atenda às especificações do objeto



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

			deste protocolo (doc. 14), através da ferramenta Banco de Preços. - Selecionados preços em Lojas de marketplace/departamento, que não vendem por Nota de empenho, servindo apenas para verificação da compatibilidade da média praticada no mercado (pesquisas válidas), através da INTERNET (docs. 16).
Inciso I, do art. 5º	Consulta TRTs 6ª, 7ª e 21ª Região: Portal Transparência	Últimos 12 (doze) meses	Não identificado registro nos Tribunais consultados (docs. 17/19).
Inciso IV, do art. 5º	Consulta no mercado – Solicitação de Orçamento nº 53/2024.	Validade da proposta	Propostas: (Docs.20/22).

Após a pesquisa, foi possível identificar preço que possa subsidiar a possível contratação.

Os valores constantes nas células em destaque com a cor vermelha (Mapa comparativo – doc. 023) foram desconsiderados para a extração da média, por se apresentarem inexequíveis, inconsistentes e/ou excessivamente elevados (saneamento das amostras);

Inobstante consultadas (docs. 07, 10/11), as empresas GARB Comercial e Uniforme Eireli, Segmix Comércio de Produtos e Equipamentos de Segurança, Segura EPI Equipamentos de Proteção Individual não apresentaram propostas para a presente demanda.

Ressalte-se ainda que a justificativa para a escolha dos fornecedores aos quais foram encaminhadas as solicitações dos orçamento foi tão somente o ramo de atividade, com o intuito de verificar preços de equipamentos de proteção individual, em todo o território nacional.

Desta forma, com base nas pesquisas realizadas, a despesa total estimada alcançou o importe de **R\$ 9.171,04 (nove mil, cento e**



setenta e um reais e quatro centavos), consoante a planilha comparativa e estimativa de preços acostada aos autos (doc.23).

A metodologia utilizada para definição do preço de referência foi a média aritmética dos preços obtidos nas pesquisas realizadas, cuja soma de todos os valores foi dividida pelo número de fornecedores, em razão de estarem dispostos de forma homogênea, considerando o uso da medida de dispersão denominada coeficiente de variação, havendo desconsideração de valores por se apresentarem inexequíveis, inconsistentes e/ou excessivamente elevados (saneamento das amostras), conforme detalhamento no Mapa Comparativo de Preços (doc. 23).

Para o cálculo do coeficiente de variação é necessária a utilização do desvio-padrão que demonstra a distância dos valores em relação à média do conjunto e quanto mais próximo de 0 (zero) for o desvio-padrão, menos dispersos são os dados daquele conjunto.

Neste diapasão, o coeficiente de variação fornece a oscilação dos dados obtidos em relação à média. Quanto menor for o seu valor, mais homogêneos serão os dados. O coeficiente de variação é considerado baixo quando apresentar percentual igual ou inferior a 25%, sendo nesse caso indicada a média como critério de definição do valor de mercado.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 – Das Obrigações do Contratante:

10.1.1 – Emitir a Nota de Empenho da Despesa.

10.1.2 – Receber o objeto contratado entregue de acordo com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e proposta apresentada, provisória e definitivamente, após verificação minuciosa da conformidade das funcionalidades com tais especificações.



10.1.3 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de servidor da Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP, responsável pela análise da conformidade do produto entregue, o qual deverá estar de acordo com os encargos previstos neste Termo de Referência.

10.1.4 – Fornecer ou colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações necessários ao fornecimento dos produtos.

10.1.5 – Efetuar o pagamento à Contratada, conforme condição estabelecida no subitem 7.1 deste instrumento.

10.1.6 – Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.1.7 – Sustar o recebimento do objeto contratado na hipótese de estar em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique a medida.

10.1.8 – A fiscalização de que trata o subitem anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada ou o acompanhamento pelo contratante, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, conforme previsão legal estabelecida pelo art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

10.1.9 – Emitir pareceres no processo administrativo relativo à presente contratação, especialmente quanto à aplicação de penalidades e alterações contratuais.

10.1.10 – Caberá ao responsável pelo recebimento definitivo – **Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP**, impulsionar tal processo administrativo, através de relatório que indique as falhas ocorridas e as penalidades a serem aplicadas.

10.1.11 – Notificar, por escrito, a Contratada acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no serviço executado, bem como para reapresentá-lo, conforme especificado no item 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO” deste instrumento.



10.1.12 – Previamente a emissão da nota de Empenho da Despesa, caberá a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF a realização de consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, emitindo os resultados respectivos, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sofrido penalidades que obstem a celebração da contratação pretendida, conforme previsão estabelecida pela Lei no 12.846/2013.

10.2 – Das Obrigações da Contratada:

10.2.1 – Entregar o objeto contratado na quantidade, especificações técnicas, forma, prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, para conferência.

10.2.2 – Não transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

10.2.3 – Reapresentar, às suas expensas, o objeto contratado recusado pelo contratante, em face do disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021, na hipótese de apresentar imperfeição ou quaisquer outros vícios, ainda que constatados após o seu recebimento e/ou pagamento.

10.2.4 – A Contratada deverá entregar o produto constante deste Termo de Referência, respeitando as normas INMETRO e/ou ABNT, no que couber, e observar as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução do CSJT nº 310/2021, especificamente o constante no item 1. Aquisição de Bens, subitem 1.1. Bens de Consumo, *in verbis*:

1. AQUISIÇÃO DE BENS

A aquisição de bens é essencial para o desenvolvimento das atividades do órgão, devendo, por isso, constituir-se como uma das estratégias para a implementação de premissas de sustentabilidade na estrutura da organização. Desta forma, demonstra-se apropriada, sempre que possível, a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nos instrumentos convocatórios, como utilização de materiais recicláveis, produtos com maior durabilidade e que sejam constituídos pela me-



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

nor quantidade de materiais perigosos ou tóxicos e que, nos processos de produção, consumam menor quantidade de matérias-primas e energia.

1.1 Bens de Consumo

Na aquisição de bens de consumo, deve-se comprar somente o essencial ao desenvolvimento das atividades do órgão, de modo a reduzir a produção de resíduos e estimular o consumo consciente.

10.2.5 – Os materiais deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, fabricada em material reciclável ou biodegradável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento e a destinação final adequada.

10.2.6 – Manter atualizada, durante toda a execução do objeto do presente Termo de Referência, as condições e documentações apresentadas para habilitação e qualificação, devendo a contratada informar ao contratante, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de qualquer desses documentos, justificando a ocorrência.

10.2.7 – Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto, endereço, correio eletrônico, telefone ou representante legal, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da mudança.

11 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – Os recursos para fazer face às despesas com o objeto da contratação correrão por conta da Dotação Orçamentária do TRT 13ª Região, na **Natureza de Despesa 339030**, do **Programa de Trabalho Resumido 167983**.



12– DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima do Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv) Multa:

(1) Moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

a. *O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% a 25% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4 – Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *10 (dez)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7 – Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.9 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar



confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.10 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.11 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.12 – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1 – As Partes, seus servidores/empregados e seus subcontratados se obrigam a adotar, no tratamento de dados pessoais como Operadora ou Controladora, as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados de acessos não autorizados ou



qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação, bem como garantir a confidencialidade dos dados coletados, em conformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e em estrita observância aos termos da Política de Segurança da Comunicação e Comunicações, da Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normativos pertinentes aprovados pelo TRT13 e publicados no site da instituição.

13.2 – Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, copiados, modificados ou removidos sem autorização prévia da Parte “Controladora” dos dados, bem como não poderão ser utilizados para qualquer finalidade além da execução deste instrumento.

13.3 – Cada Parte deverá limitar o acesso às informações a seus colaboradores, a quem este acesso seja obrigatoriamente necessário ou apropriado para que a execução do presente ajuste ocorra de forma adequada.

13.4 – O dever de confidencialidade abrange todas as informações recebidas pelas Partes, de forma oral ou escrita, através de diversos procedimentos de comunicação, tais como telefone e mídias digitais, em decorrência do sigilo a elas inerentes.

13.5 – As Partes não poderão colocar a outra em situação de violação da LGPD. A não observância de qualquer das disposições estabelecidas nesta Cláusula sujeitará a Parte infratora aos procedimentos judiciais competentes, de ordem civil e criminal.

13.6 - Eventuais dados coletados serão arquivados somente pelo tempo necessário para a execução deste instrumento. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

enquadrarem no disposto no artigo 16, I da LGPD ou por interesse público.

13.7 – As obrigações constantes no parágrafo anterior não se aplicarão a qualquer informação que deva ser revelada em razão de interesse público ou por ordem judicial, nos limites de tal ordem.

13.8 – A obrigação de confidencialidade é em caráter irrevogável e irretratável, devendo ser observada mesmo após o encerramento do presente ajuste.

13.9 – Quando houver tratamento de dados de menores, a Parte deverá providenciar a coleta de consentimento específico de, pelo menos, um dos pais ou do responsável legal.

14 – DA DESCRIÇÃO DOS ANEXOS

14.1 – Anexo I – Declaração única.

*_datado e assinado eletronicamente_*

DAVID LIRA DE OLIVEIRA

Seção de Suporte Prévio às Contratações
Secretaria Administrativa



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO DE SUPORTE PRÉVIO ÀS CONTRATAÇÕES

ANEXO I

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____
DECLARA:

a) para fins do disposto na Resolução CNJ Nº 229/2016 de 22/06/2016, que a empresa não possui em seu quadro societário e que não virá a contratar no decorrer da execução deste Contrato, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos magistrados ocupantes do cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, na forma da citada Resolução;

b) para fins do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inc. VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

- Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

c) para fins do disposto no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (instituído pela Resolução CSJT 310/2021) que:

c1) que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 11 de maio de 2016 e que;

c2) não foi condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão: aos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nºs 29 e 105; no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e no Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

d) para fins do disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 c/c Recomendação CSJT nº 24, de 21 março de 2022, que promove o fiel cumprimento das cotas de contratação de pessoas com deficiência, com incentivo à inclusão no mercado de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes sejam compatíveis, como ação afirmativa de empregabilidade, inclusão e cidadania.

(data)

(representante legal)